

Miracema Transmissora de Energia
Elétrica S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2019
Com Relatório do Auditor Independente

Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório da Administração

A Administração da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MIR" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia

A MIR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Governança Corporativa

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A (Taesa) realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da MIR e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa, comuns a todas as concessões do Grupo.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$47 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Ativos				Passivos			
Ativos Circulantes				Passivos Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	132	6	Fornecedores	7	4.666	11.321
Títulos e valores mobiliários	5	1.649	423	Taxas regulamentares		3	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		158	-	Impostos e contribuições sociais	8	579	1.752
Ativo de contrato de concessão	6	1.721	-	Dividendos obrigatórios	11	22.672	18.417
Impostos e contribuições sociais	8	693	268	Outras contas a pagar		1.597	1.170
Outras contas a receber		120	140	Total dos Passivos Circulantes		29.517	32.660
Total dos Ativos Circulantes		4.473	837				
Ativos Não Circulantes				Passivos Não Circulantes			
Outras contas a receber		157	-	Provisão para contingências		6	-
Ativo de contrato de concessão	6	511.345	287.009	Impostos e contribuições diferidos	9	15.804	8.414
Depósitos judiciais		-	53	Tributos diferidos	10	18.727	9.971
Total dos Ativos Não Circulantes		511.502	287.062	Outras contas a pagar		10	-
				Total dos Passivos Não Circulantes		34.547	18.385
				Total dos Passivos		64.064	51.045
				Patrimônio Líquido			
				Capital social		272.940	149.092
				Reserva de lucros		178.971	87.762
				Total do Patrimônio Líquido	13	451.911	236.854
Total dos Ativos		515.975	287.899	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		515.975	287.899

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	2019	2018
Receita operacional líquida	17	217.710	202.426
Pessoal		(185)	-
Material e outros custos de construção		(110.665)	(115.010)
Serviços de terceiros		(9)	-
Outros custos operacionais		(1.329)	1
Custos operacionais	19	(112.188)	(115.009)
Lucro bruto		105.522	87.417
Pessoal		(906)	(1.408)
Serviços de terceiros		(741)	(735)
Outras despesas operacionais		(77)	(120)
Despesas operacionais	19	(1.724)	(2.263)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e contribuições		103.798	85.154
Receitas financeiras		976	838
Despesas financeiras		(1.556)	(583)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	20	(580)	255
Lucro antes dos impostos e das contribuições		103.218	85.409
Imposto de renda e contribuição social corrente		(363)	(261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.391)	(6.236)
Imposto de renda e contribuição social	14	(7.754)	(6.497)
Lucro líquido do exercício		95.464	78.912
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)		0,34976	0,52928

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício
findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	95.464	78.912
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>95.464</u>	<u>78.912</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Lucros e (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		33.444	-	-	(1.367)	32.077
Adoção inicial do CPC 47		-	-	-	28.634	28.634
Aumento de capital		115.648	-	-	-	115.648
Lucro líquido do exercício		-	-	-	78.912	78.912
Destinação do Lucro do exercício:						
Reserva legal		-	3.877	-	(3.877)	-
Reserva especial		-	-	83.885	(83.885)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(18.417)	(18.417)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13	149.092	3.877	83.885	-	236.854
Aumento de capital		123.848	-	-	-	123.848
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	18.417	-	18.417
Lucro líquido do exercício		-	-	-	95.464	95.464
Destinação do Lucro do exercício:						
Reserva legal		-	4.773	-	(4.773)	-
Reserva especial		-	-	68.019	(68.019)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	(22.672)	(22.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13	272.940	8.650	170.321	-	451.911

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		95.464	78.912
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo contratual de concessão	6 e 17	(232)	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão		(107)	-
Receita de construção	6 e 17	(226.004)	(209.816)
Custo de construção	19	110.665	115.009
Juros, var monet e cambiais líq e mtm sobre emprest e Financ	12	1.081	-
Imposto de renda e contribuição social	14	7.754	6.497
Tributos diferidos	17	8.756	7.390
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		6	-
Receita de aplicação financeira	20	(976)	(838)
		<u>(3.593)</u>	<u>(2.846)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de clientes		(158)	-
Baixa/redução do ativo de contrato de concessão, líquido		286	-
(Aumento) redução nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(1.804)	414
(Aumento) nas outras contas a receber		(84)	(170)
(Redução) nos fornecedores		(117.320)	(113.619)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		3	-
Aumento nas outras contas a pagar		437	298
		<u>(118.640)</u>	<u>(113.077)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(122.233)</u>	<u>(115.923)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(158)</u>	<u>(148)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		<u>(122.391)</u>	<u>(116.071)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
(Aumento) redução no saldo de títulos e valores mobiliários		(250)	415
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(250)</u>	<u>415</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	12	29.713	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(30.000)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(794)	-
Aumento de capital	13	123.848	115.648
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>122.767</u>	<u>115.648</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>126</u>	<u>(8)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	6	14
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	<u>132</u>	<u>6</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>126</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MIR" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de abril de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Miracema/Lajeado 500 kv e Lajeado/Palmas 230 Kv, bem como das subestações de Lajeado - TO e Palmas - TO, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 017/2016 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos.

Em 29 de setembro de 2019 a Companhia concluiu a energização do trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão. Em 29 de novembro de 2019 concluiu as últimas energizações que englobam o trecho LT 230kV Lajeado – Palmas (circuito duplo) com aproximadamente 60 km de extensão, a nova subestação de Palmas onde serão conectadas as linhas de transmissão da distribuidora local, e a adequação do trecho LT 500kV Miracema – Lajeado (circuito 1) com a subestação Lajeado.

A MIR é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$25.044, decorrente, principalmente, da conta "Dividendos a pagar". A Administração de Companhia entende que o caixa operacional que será gerado durante o exercício de 2020 será suficiente para equalização do capital circulante líquido negativo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 12 de março de 2020.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de contrato de concessão.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida à receita de construção, que é reconhecida com base nos gastos incorridos. À receita de construção é acrescida a margem de construção.

Margem de construção é a diferença entre o valor presente dos fluxos de recebimentos (incluindo o valor previsto da indenização) e o valor total da previsão dos custos a incorrer no projeto, no momento do leilão. A margem de construção é reconhecida ao longo da construção do empreendimento à medida que os investimentos esperados sejam realizados.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão é o WACC (Weighted Average Capital Cost), utilizado pela ANEEL, que é a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de construção é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. A taxa de desconto definida foi aquela utilizada no leilão da concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda margem de construção é reconhecida durante o período da obra e variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa (WACC ANEEL) para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão (WACC Aneel), por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinado na data de início de cada contrato de concessão.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido no contrato de concessão. As correções monetárias são calculadas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento.

3.2. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, variações cambiais líquidas dos passivos em moeda estrangeira e perdas nos instrumentos de "hedge".

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.5. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.6. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

3.7.1. Novas normas aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil, portanto, não houve efeito oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras.

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda e avaliou se a interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras.

A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.7.2. Norma emitida, mas ainda não vigente até a data das demonstrações financeiras da Companhia:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	132	6

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e depósitos bancários à vista. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” (a)	1.649	305
Investimento em cotas de fundos - “BTG Pactual CDB Plus” (b)	-	118
Ativo circulante	1.649	423
Taxa de rentabilidade anual acumulada	103,8% do CDI	102,65% do CDI

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

(b) Fundo BTG Pactual CDB Plus - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2018	Adição (a)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2019
LT 500kv Miracema - Lajeado C2/LT 230kv Lajeado - Palmas CD/SE Palmas/SE Lajeado	287.009	226.004	232	107	(286)	513.066
Circulante	-					1.721
Não circulante	287.009					511.345

Linha e subestação	Adoção inicial do CPC 47	Adição (a)	31/12/2018
Miracema/Lajeado/Palmas	77.193	209.816	287.009
Não circulante			<u>287.009</u>

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços descritos abaixo:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Data de conclusão	REIDI (*)
Miracema - Lajeado C2Lajeado - Palmas C1 e C2 SE Palmas SE Lajeado	Implantação das linhas de transmissão, construção e subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$65.033	R\$275.483	Energizações concluídas em 29/11/2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 899/2014
SE Miracema	I – Adequação do módulo geral da Subestação Miracema /II – Implantação de um módulo de interligação de barras, arranjo disjuntor e meio	Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.755/2017	R\$1.653	R\$12.635	Concluído em 07/10/2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 127/2018

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

7. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Elecnor do Brasil Ltda	1.240	6.211
I.G Transmissão e Distribuição	1.555	3.301
Grid Solutions Trans. de Energia Ltda	-	1.254
Siemens Ltda	506	-
Tabocas Participações Empreendimentos S.A	419	-
Treetech Sistemas Digitais Ltda	284	-
Instronic Instrumentos de Testes Ltda	306	-
Outros	356	555
	4.666	11.321

O saldo refere-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção das subestações e linhas de transmissão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	13	76
PIS e COFINS a compensar	51	51
Outros	629	141
Ativo circulante	693	268
IRPJ e CSLL correntes	22	16
INSS e FGTS	228	884
ISS	161	500
ICMS	54	273
Outros	114	79
Passivo circulante	579	1.752

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	15.804	8.414

(*) Valores referentes à aplicação do CPC47.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	18.727	9.971

(*) Valores referentes à aplicação do CPC47.

11. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	<u>Transações com empresas do Grupo Taesa</u>					
1	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Mariana (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa.

A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	Reembolso de despesas - Janaúba	17	7	-	-
2	Reembolso de despesas - Mariana	20	-	-	-
		37	7	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Passivo de despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP - Serviços de "back-office"	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 27/10/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação.	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.
3	Comodato de imóvel	Não possui valor	20/08/2018 a 19/08/2051	N/A	Não houve.	Não houve.
4	OCP x Operação e Manutenção	R\$125 Valor mensal	05/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + juros de mora de 1% a. m. + atualização monetária IGPM/Atualização anual pelo IGPM	O contrato pode ser rescindido, pela contratante, nos casos inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual pela contratada ou incapacidade técnica.	Não houve.
<u>Transações com a empresas ligadas</u>						
5	OCP x Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado (contrato Taesa)	Taxa de administração de 1,0% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização	Não houve.	Não houve.
6	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas - Janaúba (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2019	31/12/2018	2019	2018
1	OCP - Serviços de "back-office" - Taesa	48	47	578	555
2	Reembolso de despesas - Taesa	1	-	-	-
5	Previdência privada - Forluz – despesa	-	-	1	21
6	Reembolso de despesas - Janaúba	103	-	-	-
		152	47	579	576

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2018	Retificação da destinação do resultado (*)	Dividendos obrigatórios	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	18.417	(18.417)	22.672	22.672

(*) A AGO de 30 de abril de 2019 retificou a proposta de destinação do lucro de 2018, destinando o valor dos dividendos obrigatórios para Reserva Especial de Lucros, em virtude da Companhia estar em fase de construção e não possuir recursos disponíveis para pagamento de dividendos.

III - Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os Administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia procedeu a 1ª emissão, em série única, de 30 (trinta) notas promissórias da Emissora, no valor total de R\$30.000, com vencimento em 11 de agosto de 2019. Os recursos foram recebidos na mesma data e sua totalidade foi destinado para reforço do capital de giro.

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais
Santander	04/02/2019	NP	30.000	11/08/2019	105% CDI

	31/12/2018	Captação/custos de captação O	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019
Circulante	-	29.713	1.081	(794)	(30.000)	-

Em 10 de julho de 2019 foi realizado o resgate antecipado facultativo da totalidade das notas promissórias, mediante o pagamento do valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a data de emissão até a data do efetivo resgate antecipado facultativo.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado era R\$272.940 representado por 272.940.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018 o capital subscrito era R\$152.940 e o capital integralizado era R\$149.092 representado por 152.940.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Data	Aprovação	Valor
10/04/2019	AGE	1.737
17/06/2019	AGE	50.000
17/06/2019	AGE	55.000
24/10/2019	AGE	15.000
22/01/2020	AGE	2.111
		123.848

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício

	31/12/2019	31/12/2018 (*)
Lucro (Prejuízo) do exercício	95.464	78.912
Adoção inicial do CPC 47 - Lucros acumulados	-	28.634
	95.464	107.546
Reserva legal	(4.773)	(3.877)
Dividendos obrigatórios	(22.672)	(18.417)
Reserva especial	(68.019)	(83.885)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Compensação de (prejuízos) acumulados	-	(1.367)
---------------------------------------	---	---------

(*) Ratificada na AGO de 30 de abril de 2019.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	226.486	226.486	209.816	209.816
(+) Ajuste - Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09	(226.055)	(226.055)	(209.816)	(209.816)
	431	431	-	-
Percentual	8%	12%	8%	12%
Imposto	35	52	-	-
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	1.099	1.099	838	838
Base de cálculo	1.134	1.151	838	838
Imposto de renda - 15%	(170)	-	(126)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(89)	-	(60)	-
Contribuição social - 9%	-	(104)	-	(75)
Total de despesa	(259)	(104)	(186)	(75)
Total de IRPJ e CSLL		(363)		(261)

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2019	2018
Imposto de renda	(4.799)	(4.049)
Contribuição social	(2.592)	(2.187)
	(7.391)	(6.236)

15. COBERTURA DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
D&O Responsabilidade civil de diretores e administradores	ZURICH	19/09/2019 A 18/09/2020	15.000	1

Seguro garantia de fiel cumprimento

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2015 – 1ª etapa	Austral Seguradora S.A	27/06/2016 a 24/09/2020	27.548

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	1.649	423
Custo amortizado:		
- Caixa e equivalentes de caixa	132	6
	<u>1.781</u>	<u>429</u>
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado		
- Fornecedores	4.666	11.321
- Rateio de antecipação	10	-
	<u>4.676</u>	<u>11.321</u>

16.4. Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2019	Cenário provável em
CDI (a)	5,94%	4,25%

(a) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 06 de março de 2020 - Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2019	Efeito no LAIR - 2020- (redução) Provável
Títulos e valores mobiliários – CDI	1.649	(28)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

16.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018	Hierarquia do valor justo
Títulos e valores mobiliários	5	1.649	423	Nível 2

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2019	2018
Receita de construção	226.004	209.816
Remuneração do ativo de contrato de concessão	232	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	107	-
Outras receitas	143	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Receita operacional bruta	226.486	209.816
PIS e COFINS correntes	(16)	-
PIS e COFINS diferidos	(8.756)	(7.390)
P&D	(4)	-
Deduções da receita	(8.776)	(7.390)
Receita operacional líquida	217.710	202.426

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2019	2018
Receita operacional bruta	226.486	209.816
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(226.055)	(209.816)
Receita operacional bruta tributável	431	-

18. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2019	2018
-Remuneração direta	202	437
-Benefícios	834	821
-FGTS e INSS	55	150
Pessoal	1.091	1.408
Materiais - Custo de Construção	110.665	115.010
Serviços de terceiros	750	735
Outros custos e despesas operacionais	1.406	119
Total custos e despesas	113.912	117.272

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Referem-se basicamente aos custos de aquisição de materiais e serviços utilizados na construção das instalações de transmissão.

Custos e despesas com serviços prestados: Referem-se basicamente a custos com comunicação e despesas com consultorias, auditoria, serviços gráficos, comunicação, assinaturas e publicações.

Outros custos e despesas operacionais: Custos com baixa de equipamentos e despesas condomínios, patrocínios e impostos e taxas estaduais.

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2019	2018
Rendimentos de aplicação financeira	976	838
Receitas financeiras	976	838
Empréstimos e financiamentos - Juros incorridos	(1.081)	-
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas	(475)	(583)
Despesas financeiras	(1.556)	(583)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(580)	255

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2019, 39% do quadro

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (47,83% em 31 de dezembro de 2018).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes relacionadas.

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Principais compromissos assumidos

Contrato de Licenciamento Ambiental e Regularização Fundiária - Em 4 de agosto de 2016, a Companhia celebrou o contrato com a I.G. Transmissão e Distribuição Ltda., no valor de R\$2.524, tendo como objeto a prestação de todas as atividades para a perfeita e completa regularização fundiária e o perfeito e completo licenciamento ambiental até a emissão da Licença de Instalação (LI) e Autorização de Supressão Vegetal (ASV) do empreendimento. Em 26 de março de 2018, a Companhia celebrou um contrato para a gestão e execução de programas ambientais e obtenção das licenças de operação no valor de R\$2.290.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Contrato Linhas de Transmissão - Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou o contrato com a I.G. Transmissão e Distribuição Ltda., no valor de R\$79.930, com o objetivo de adquirir, na modalidade "turn key", todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação, testes e comissionamento, entrada em operação e perfeito funcionamento das linhas de transmissão, quais sejam Linha de Transmissão de 500 kV Miracema - Lajeado C2 e Linha de Transmissão de 230 kV Lajeado - Palmas, circuito duplo, C1 e C2, incluindo, mas não se limitando, aos projetos civil, elétrico e eletromecânico, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e peças sobressalentes, fornecimento de materiais e equipamentos de montagem, montagem eletromecânica, instalação, testes, comissionamento e entrada em operação comercial.

Contrato de fornecimento de cabos OPGW – Em 15 de março de 2019, a companhia celebrou o contrato com a I.G. Transmissão e Distribuição Ltda., no valor de R\$1.345, com o objetivo de adquirir cabos OPGW e todos os acessórios necessários para a sua instalação assim como seus sobressalentes, além de prestação de todos e quaisquer serviços necessários ao perfeito e completo funcionamento da instalação.

Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica - Contrato Subestações - Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou o contrato com a Elecnor do Brasil Ltda., no valor de R\$126.500, com o objetivo de adquirir, na modalidade "turn key", todos os bens, equipamentos e materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação, testes e comissionamento, entrada em operação e perfeito funcionamento das subestações, quais sejam a subestação Lajeado, a subestação Palmas e a subestação Miracema, incluindo, mas não se

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

limitando, aos projetos civil, elétrico e eletromecânico, execução das obras civis, fornecimento de equipamentos e peças sobressalentes, fornecimento de materiais e equipamentos de montagem, montagem eletromecânica, instalação, testes, comissionamento e entrada em operação comercial.

Contrato de fornecimento de equipamentos e prestação de serviços – Em 31 de maio de 2017, a Companhia celebrou o contrato com a ABB Ltda (contratada) e Elecnor do Brasil Ltda (interveniente-anuente), no valor de R\$17.129, com o objetivo de adquirir equipamentos e serviços de montagem dos equipamentos.

Contrato de Back-Office e Operação e Manutenção dos ativos - Conforme nota explicativa nº 11 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e de operação e manutenção de suas instalações.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

Emissão de licenças	Instalação	Operação
SE Miracema	15/05/2017	16/07/2019
SE Lajeado	15/05/2017	07/08/2019
LT 230 kV	04/07/2017	07/08/2019
SE Palmas	29/09/2017	11/07/2019
LT 500 kV	23/04/2018	02/09/2019

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aumento de Capital: A AGE de 06 de janeiro de 2020 aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$5.000, elevando o capital subscrito dos atuais R\$272.940 para R\$277.940.

* * * * *

Diretoria	
Nome	Cargo
Marcus Pereira Aucélio	Diretor sem denominação
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem denominação
Raul Lycurgo Leite	Diretor sem denominação

Wagner Rocha Dias
Contador
CRC-RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49